



FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL PARA ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: o Regime de Alternância em questão

Maristela dal Moro¹

RESUMO:

Esse artigo apresenta uma síntese das reflexões realizadas até então da experiência de formação superior em Serviço Social para trabalhadores do campo. Pretende-se nesse trabalho fazer um breve resgate da experiência e explicitar a forma de organização sustentada no regime de alternância apontando os avanços e desafios que essa proposta representa para a formação profissional de assistentes sociais.

Palavras-chave: formação profissional, regime de alternância, questão agrária, movimentos sociais.

ABSTRACT:

This article presents an overview of the considerations made so far from the experience of higher education in Social Work for field workers. It is intended rescue the of experience and explain the organization sustained in an alternate basis and pointing out the challenges this proposal is for the training of social workers.

Keywords: agrarian question, an alternate basis, social movements.

¹ Doutora. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: dalmororj@uol.com.br



INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta uma síntese das reflexões realizadas até então da experiência de formação superior em Serviço Social para trabalhadores do campo, tendo como objetivo central analisar o regime de alternância suas potencialidades e desafios. Esse curso surge a partir da demanda de segmentos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde meados da década de 90 vem investindo na formação superior de seus quadros.

A ampliação do acesso a educação e a reformulação do projeto educacional para o campo mobilizou um grande contingente de militantes do MST a partir da década de 90 e fortaleceu a crítica ao modelo educacional vigente visto como uma ação pedagógica disciplinadora concebida a partir da necessidade de superação do atraso representado na cultura do campo.

O amplo debate acerca da educação do campo desencadeado e incorporado por vários movimentos e organizações fortalece ainda mais a luta pela educação do MST, e se a preocupação iniciou em função da necessidade de garantir escola às crianças acampadas e assentadas, posteriormente esse debate ganha força e se amplia na medida em que surge a demanda de investir na educação de jovens e adultos e na formação técnica e profissionalizante de ensino médio e, posteriormente, a formação política e militante.

A criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2005, pode ser considerada a iniciativa de maior envergadura edificada por um movimento social para viabilizar a formação política de seus quadros.

Essa parceria entre Escola Nacional Florestan Fernandes, MST e universidades e a criação de vários cursos para beneficiários da reforma agrária nos mais diversos ramos do conhecimento foi possível em função da existência de uma política pública de educação destinada aos trabalhadores do campo, aprovada que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse programa, criado em 1998, mas somente em 2010 foi regulamentado, através do Decreto n.º 7.352. O Pronera é responsável pelo



financiamento dos cursos superiores para os assentados da reforma agrária, através de convênio com as universidades.

A Escola de Serviço Social da UFRJ inicia um forte diálogo com esse Movimento e com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) no sentido de estabelecer uma parceria e celebrar convênio para a constituição desse curso em 2005. A consolidação dessa parceria ocorre no final de 2010 a partir do apoio do INCRA através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o curso tem início de março de 2011.

Pretende-se nesse trabalho fazer um breve resgate dessa experiência e explicitar a forma de organização sustentada no regime de alternância apontando os avanços e desafios que essa proposta representa para a formação profissional de assistentes sociais.

1. A PROPOSTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

A retomada da luta pela reforma agrária e a constituição de movimentos de luta pela terra a partir da década de 80 criou as condições para a interlocução do Serviço Social com a problemática agrária e com as lutas que se constituíram nesse momento.

O amadurecimento da proposta educacional defendida pelos movimentos sociais do campo, ancoradas na defesa da educação pública e de qualidade, a consolidação da Escola Nacional Florestan Fernandes e a constituição do Pronera foram fundamentais para o estreitamento da relação dos movimentos sociais com as universidades públicas e a implementação de projetos de escolarização, desde a alfabetização, formação básica, técnica e superior. No que se refere à formação superior, as primeiras experiências implementadas através do convênio com o INCRA via Pronera estavam voltadas para a formação de professores atendendo a demanda de formação de profissionais na área de educação nas escolas dos assentamentos rurais. O êxito dessas experiências e a demanda de ampliação do nível de escolaridade dos jovens trabalhadores beneficiários da reforma agrária, impulsionaram a implementação de novos projetos de formação



superior em várias áreas do conhecimento. Os dados do INCRA apontam que aproximadamente 48.700 jovens, provenientes do meio agrário, tiveram oportunidade de ingressar no ensino superior, após a criação do PRONERA.

O projeto implementado na Escola de Serviço Social só foi possível pela identidade entre os princípios que fundamentam essa proposta educacional e o projeto de formação profissional dessa Escola.

Foi essa afinidade que possibilitou o início da discussão da proposta de projeto de formação de uma turma especial de Serviço Social para jovens trabalhadores do campo. O debate acerca dessa proposta teve início em 2006 e contou com a participação de docentes das ESS e de outras unidades da UFRJ, militantes do MST e responsáveis pelo Setor de Educação da ENFF. O projeto do curso, elaborado por uma comissão formada por docentes da ESS, pautou-se na manutenção da estrutura do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRJ e na preservação dos princípios que regem a proposta de formação profissional, capitaneada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Atentou, também, para as particularidades dessa turma inserindo conteúdos e atividades voltadas a realidade e necessidades dos alunos trabalhadores do campo e adaptou-se as disciplinas e demais atividades acadêmicas ao regime de alternância. O esforço foi no sentido de adequar o currículo da Escola de Serviço Social às demandas dessa turma, mas preservando a qualidade e o compromisso político presentes no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da ESS.

1.1 A Constituição do Projeto e sua Implementação

Após a elaboração do projeto de formação de uma turma especial de Serviço Social do INCRA e da UFRJ, deu-se início o curso tendo como primeiro passo a seleção dos candidatos e a constituição da turma de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária. Como um dos critérios para o ingresso na turma, conforme consta no Manual de Operações do Pronera/INCRA, é que o candidato seja assentado ou dependente de assentado da reforma agrária, a seleção dos estudantes foi realizada através vestibular



especial organizado pela própria UFRJ o que possibilitou a seleção de 60 estudantes provenientes de áreas da reforma agrária de vários estados do Brasil.

A turma ficou constituída por estudantes trabalhadores do campo e na sua maioria militantes do MST. Estão representados, também, nessa turma, o Movimento de Mulheres do Campo e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e são provenientes de assentamentos e acampamentos da reforma agrária, de 19 estados do Brasil. Vale ressaltar a sua heterogeneidade, a começar pela faixa etária que se distribui na faixa de 17 até 50 anos. Quanto ao sexo, é significativo o número de homens, que atinge 40% do total dos alunos, contrastando com o perfil dos estudantes de Serviço Social constituído essencialmente por um público feminino. Outro fator importante é a trajetória desses trabalhadores. Se alguns estão ingressando na militância ou tem uma participação pontual nos movimentos, vários desses estudantes têm uma intensa participação política e fazem parte do quadro de dirigentes do MST.

Atualmente, após algumas desistências, a turma está constituída por 54 estudantes e, em 2013, cursarão o quinto e sexto período. A conclusão do curso será em 2015, perfazendo um total de dez semestres, opção feita pela equipe que elaborou o projeto, pois dessa forma estaria garantida a mesma carga horária e as mesmas condições das demais turmas de Serviço Social da UFRJ.

O maior desafio presente nessa experiência e que se pretende apontar nesse trabalho é a forma de implementação desse curso, regido pelo regime de alternância. Essa estratégia metodológica conhecida também como “Pedagogia da Alternância” tem como ponto central a organização de dois tempos educativos: Tempo Escola e Tempo Comunidade e é oriunda das Escolas Familiares Agrícolas, experiências iniciadas na França, no início do século XX e incorporadas por algumas Escolas no Brasil a partir de 1960. Essa proposta procura combinar, no processo de formação do jovem agricultor, períodos de vivência na escola com tempos transcorridos no meio onde vive. Com o amadurecimento do debate acerca da educação do campo realizada pelo MST e os demais movimentos sociais, essa estratégia metodológica torna-se referência e, posteriormente, com a institucionalização do Pronera, essa metodologia passa a ser incorporada nos cursos financiados por esse Programa.



Seguindo as orientações presentes no Manual de Operações do Pronera (INCRA, 2004), o curso de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária da UFRJ, foi adaptado a essa metodologia. No projeto do Curso de Serviço Social, o Tempo Escola acontece em dois meses a cada semestre. Os alunos permanecem no Rio de Janeiro durante esse período, quando frequentam as aulas das disciplinas e participam de atividades tanto da universidade como de outros espaços, na cidade. No tempo que permanecem na universidade, têm cobertura do Pronera e da própria Universidade, para hospedagem, alimentação, transporte e material didático, viabilizando, com isso a sua permanência no curso. Findo esse tempo, retornam as suas comunidades e a sua militância para desenvolver tarefas que consolidem a prática a partir do conhecimento adquirido na universidade. Podem, com isso, combinar o tempo da militância e do trabalho nos assentamentos e o tempo que devem dedicar aos estudos, na universidade.

Os desafios e potencialidades dessa estratégia metodológica estão presentes na experiência da Escola de Serviço Social, na medida em que esta supõe alterações significativas na operacionalização do curso, na relação com o espaço universitário e na forma de socialização do conhecimento.

Essa proposta distingue-se radicalmente dos cursos à distância. No decorrer do Tempo Escola os estudantes frequentam o curso e cumprem carga horária integral das disciplinas e realizam outras atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa e extensão, garantindo com isso a inserção acadêmica desses estudantes. O Tempo Comunidade considerado fundamental para o aprendizado torna-se um momento de complementação e aprofundamento dos conteúdos repassados no Tempo Escola.

Essa estratégia metodológica vem impondo uma série de mudanças na dinâmica do curso e, ainda que prematuramente, alguns pontos poderão ser apresentados e que darão subsídio para futuras pesquisas acerca dessa temática. O debate acerca dessa metodologia não é novo no âmbito das ciências sociais visto que a realização de cursos de nível médio, no Brasil, remonta aos anos 60. Em relação a formação superior, existem diversas experiências implantadas em universidades do Brasil, grande parte delas vinculadas ao Pronera. Os primeiros cursos de alternância ocorreram na área de



formação de professores o que explica que grande parte das produções acerca dessa temática seja desses cursos.

Para o Serviço Social a demanda de discussão acerca dessa temática vem se colocando recentemente diante da aprovação de projetos de formação profissional para os trabalhadores do campo os quais estão organizados a partir dessa metodologia.

Entende-se que as implicações à formação serão inevitáveis, pois esse aluno ao inserir-se na universidade trás consigo a sua realidade e sua frequência no curso não significa o afastamento dessa realidade. Ao estabelecer essa relação estreita entre formação universitária e sua realidade amplia as possibilidades de fortalecer a relação teoria e prática. Na medida em que o Tempo Comunidade é parte constitutiva de sua formação essa relação é necessariamente mais forte e o desafio está em que essa relação se dê a partir da assertiva defendida por Vázquez, ao afirmar que, a teoria se tornando prática permite despertar consciências. Segundo esse autor, “o conhecimento surge da prática, a ela serve, ao mesmo tempo, em que a própria prática é parte necessária e indissolúvel” (VÁZQUEZ, 2007, p. 215).

Torna-se possível uma formação em que os alunos dialoguem com a sua realidade, e, nesse sentido, a questão da cidadania, da politização e a formação de lideranças caminham junto com os aspectos da profissionalização. O resultado é uma formação embasada na construção coletiva de temas técnicos e sociais, articulando de forma crítica os saberes do campo com os conhecimentos científicos (CORREIA; BATISTA, 2010).

A dicotomia ainda existente entre essas duas dimensões no Serviço Social que se expressa através de um *praticismo* e *teoricismo*, nas palavras de Iamamoto (1998), aparece desnudado nessa experiência. Tornar esses dois tempos educativos como contribuintes da formação profissional dos assistentes sociais recoloca esse histórico dilema em outro patamar. Estabelecer os vínculos entre sua realidade vivida e a formação profissional requer o esforço em reconhecer a realidade como fonte do conhecimento e o conhecimento como subsidio para decifrar essa realidade.

Corre-se o risco de que essa relação não se consolide na medida em que não haja um diálogo entre a realidade vivida pelos alunos com os conteúdos próprios do Serviço



Social. A distância do Serviço Social à realidade agrária brasileira e às lutas dos movimentos sociais, tem se tornado uma das grandes dificuldades no estreitamento dessa relação entre a teoria e a prática.

Por outro lado, a relação de estranhamento dessa turma com a dinâmica institucional e o conflito vivenciado por esses estudantes no que se refere ao objetivo de sua inserção na universidade, muitas vezes confundidas como simples formação para a militância a qual se caracteriza como formação política, pode dificultar a incorporação de conteúdos próprios da formação profissional e impedir uma relação mais orgânica entre o conhecimento relativo à profissão e a realidade.

A ampliação do debate acerca dessa temática, a realização de pesquisas e a aproximação da realidade dos assentamentos rurais e movimentos sociais, através de ações extensionistas tem se tornado estratégias para ampliar os conhecimentos acerca dessa realidade. A participação desses estudantes na dinâmica universitária, o envolvimento dos demais alunos nas atividades dessa turma e a realização de atividades em conjunto vem possibilitando a diminuição do estranhamento entre as questões relativas ao mundo agrário e aos movimentos sociais com o curso de Serviço Social e, por sua vez, vem contribuindo para a aproximação dos estudantes à realidade universitária e vem rompendo barreiras no que se refere a sua formação profissional. A questão em debate é o que aproxima o Serviço Social à militância política e em que a prática profissional do assistente social pode contribuir para a ampliação das lutas sociais. Para isso, a apropriação do debate do Serviço Social, seus grandes avanços e os desafios diante das lacunas ainda existentes, bem como dos limites da ação profissional considerando sua natureza e as potencialidades dessa ação diante de sua opção por um projeto profissional crítico tem sido de suma importância na formação desses futuros profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que, embora essas dificuldades, a experiência vem trazendo grandes contribuições ao curso os quais terão impacto na profissão de modo geral. O ingresso



deses trabalhadores no Serviço Social em muito contribuirá com o debate do Serviço Social e fortalecendo os conhecimentos acerca da realidade agrária e das lutas dos movimentos sociais. A inserção desses futuros profissionais em seus municípios ampliará os espaços de intervenção profissional. A presença desses junto aos movimentos sociais poderá estreitar a relação da profissão com as lutas sociais e contribuirá para o fortalecimento do projeto profissional crítico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. R., M. C. Di PIETRO. As Aprendizagens e os Desafios na Implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: Andrade, M. R., *et al.* **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**. Brasília: PRONERA, 2004, p. 37-57.

BRASIL. Decreto nº 7352, de 4 de nov. 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm> Acesso em: 30 nov. 2011.

CORREIA, D. M.; BATISTA, M. S. Política de Ensino Superior para o Desenvolvimento do Campo: um olhar sobre a metodologia da alternância no curso de Pedagogia PRONERA/UFPB. In: III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, III SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO BRASILEIRO, I ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Brasília, agosto/2010. **Anais...** Observatório de Educação do Campo – CAPES/ INEP: Brasília, ago. de 2010.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do banco mundial para a educação. In: Tommasi, Livia De; Mirian Jorge Warde; Sérgio Haddad (Orgs). **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p.75-123.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo, Cortez, 1998.



INCRA. **Manual de Operações do Pronera**. Brasília, abril de 2004. Edição Revista e Atualizada.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Maria A. de. Educação do campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n° 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradutora Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão popular, 2007.

VENDRAMINI, Célia R. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 27, n° 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011.